

ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.

CONCURSO PÚBLICO

**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE LABORATÓRIO –
CROMATÓGRAFO GASOSO ACOPLADO A DETETOR DE
ESPECTROMETRIA DE MASSA, EM MODO SEQUENCIAL (GC-
MS/MS)**

(Ref.ª LAB.CP-LAB-03/2025)

CADERNO ENCARGOS

Janeiro 2025

Índice

•	CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	4
	Cláusula 1. ^a Objeto	4
	Cláusula 2. ^a Elementos do Contrato	4
	Cláusula 3. ^a Prazo Contratual	4
•	CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES	5
	Secção I Obrigações do Cocontratante	5
	Cláusula 4. ^a Obrigações do Adjudicatário	5
	Cláusula 5. ^a Conformidade e Operacionalidade dos Bens	6
	Cláusula 6. ^a Entrega dos Bens	6
	Cláusula 7. ^a Inspeção e Testes de Aceitação	7
	Cláusula 8. ^a Inoperacionalidade, Defeitos ou Discrepâncias	7
	Cláusula 9. ^a Aceitação dos bens e transferência da propriedade	7
	Cláusula 10. ^a Garantia Técnica	8
	Cláusula 11. ^a Garantia de Continuidade de Fabrico	8
	Cláusula 12. ^a Serviços	9
	Cláusula 13. ^a Dever de Sigilo	9
	Cláusula 14. ^a Tratamento de Dados Pessoais	9
	Cláusula 15. ^a Conservação de Dados Pessoais	11
	Cláusula 16. ^a Transferência de Dados Pessoais	11
	Cláusula 17. ^a Dever de Cooperação	11
	Secção II Obrigações da Contraente Pública	12
	Cláusula 18. ^a Preço Base e Preço Contratual	12
	Cláusula 19. ^a Remuneração dos serviços	12
	Cláusula 20. ^a Faturação e Condições de Pagamento	12
	Secção III Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Contrato	13
	Cláusula 21. ^a Acompanhamento e Fiscalização do Modo de Execução do Contrato	13
•	CAPÍTULO III MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO	14
	Cláusula 22. ^a Modificação Objetiva do Contrato	14
	Cláusula 23. ^a Subcontratação e Cessão da Posição Contratual do Adjudicatário	14
	Cláusula 24. ^a Sanções Contratuais	14
	Cláusula 25. ^a Força Maior	15
	Cláusula 26. ^a Resolução do Contrato por parte da Contraente Pública	16
	Cláusula 27. ^a Resolução do Contrato por parte do Cocontratante	17
	Cláusula 28. ^a Execução da Caução	17

Cláusula 29. ^a Seguros	17
• CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS	17
Cláusula 30. ^a Deveres de Informação	17
Cláusula 31. ^a Comunicações	18
Cláusula 32. ^a Foro Competente.....	18
Cláusula 33. ^a Direito aplicável e natureza do contrato.....	18
Cláusula 34. ^a Contagem dos Prazos	18
• Anexo I Especificações Técnicas	19
• Anexo II Código de Conduta para Fornecedores	27

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem como objeto principal a **“Aquisição de Equipamento de Laboratório – Cromatógrafo Gasoso acoplado a detetor de Espectrometria de Massa, em modo Sequencial (GC-MS/MS)”**, com observância das especificações técnicas constantes do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos.
2. A natureza do objeto do contrato é caracterizada pelo seguinte código CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos):
 - Código CPV: **38432210-7 - Cromatógrafos de fase gasosa.**

Cláusula 2.^a Elementos do Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo(s) concorrente(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.^a Prazo Contratual

1. O contrato inicia-se na data da celebração do mesmo, mantendo-se em vigor pelo período de **5 anos**, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.

2. De harmonia com o disposto no artigo 48.º do CCP, o referido prazo é estabelecido tendo em conta a contratação de Serviços de Manutenção do equipamento, bem como a Garantia, pelo prazo de 5 anos.

CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Secção I Obrigações do Cocontratante

Cláusula 4.ª Obrigações do Adjudicatário

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:
- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta,
 - b) Obrigação de garantia técnica dos bens;
 - c) Obrigação de continuidade de fabrico;
 - d) Executar o objeto da Aquisição de Bens adjudicada, em conformidade com o estabelecido no Caderno de Encargos e proposta adjudicada, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - e) Cumprir a legislação em vigor, em todas as suas vertentes;
 - f) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
 - g) Suportar todas as despesas inerentes à aquisição de bens que não estejam previstas no presente Caderno de Encargos;
 - h) Compete ao Cocontratante o fornecimento do equipamento de proteção individual dos seus agentes e empregados. O equipamento de proteção individual deverá obedecer à legislação e normas em vigor sobre esta matéria;
 - i) Prestar as informações que forem solicitadas pela Entidade Adjudicante;
 - j) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Entidade Adjudicante;
 - k) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta, nas condições de prazo e preço contratados;
2. Respeitar todas as regras definidas no Código de Conduta para Fornecedor que constitui o Anexo II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 5.ª

Conformidade e Operacionalidade dos Bens

1. O Cocontratante obriga-se a entregar à Contraente Pública os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O Cocontratante é responsável perante a Contraente Pública por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.ª

Entrega dos Bens

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues, no prazo de 10 semanas, após adjudicação, na seguinte morada:

Instalação	Morada
ETA de Tavira - Laboratório Unidade do Sotavento	Águas do Algarve – Laboratório ETA de Tavira Sítio do Malhão 8800-507 Tavira

2. O Cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, e posterior colocação em serviço, ocorre a transferência da sua posse e da propriedade para a Contraente Pública, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Cocontratante.
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local da entrega e com a respetiva instalação, são da responsabilidade do Cocontratante.

Cláusula 7.^a

Inspeção e Testes de Aceitação

Efetuada a entrega dos bens, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 30 (*trinta*) dias úteis, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades solicitadas em contínuo ao presente caderno de encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos na lei.

Cláusula 8.^a

Inoperacionalidade, Defeitos ou Discrepâncias

1. No caso de a inspeção prevista na cláusula anterior não comprovar a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, a Contraente Pública deve informar, por escrito, o Cocontratante.
2. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Contraente Pública, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das alterações ou substituições necessárias pelo Contraente Pública no prazo respetivo, a Contraente Pública procede a nova análise, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 9.^a

Aceitação dos bens e transferência da propriedade

1. Caso os testes a que se refere a cláusula 7.^a comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do Cocontratante e da Contraente Pública.
2. Com a declaração de aceitação a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens para a Contraente Pública, incluindo o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Cocontratante.
3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo I ao presente

caderno de encargos.

Cláusula 10.^a **Garantia Técnica**

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o Cocontratante garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de **5 (cinco) anos** a contar da data de entrega e instalação dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) A reparação ou substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g) A mão-de-obra.
3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a Contraente Pública tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o Cocontratante, para efeitos da respetiva reparação.
4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo máximo de 15 (quinze) dias fixado pelo Contraente Público e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 11.^a **Garantia de Continuidade de Fabrico**

O Cocontratante deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de 7 (sete) anos, mesmo após descontinuidade de fabrico do modelo do equipamento.

Cláusula 12.^a

Serviços

1. O Cocontratante é obrigado a prestar os serviços de manutenção do equipamento, sem custos adicionais, durante o prazo de 5 (*cinco*) anos, a contar da data da entrega e instalação dos bens, conforme definido no **alínea b) do ponto 2 do Anexo I** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 13.^a

Dever de Sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Contraente Pública, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Pública lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de **5 (*cinco*) anos** após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 14.^a

Tratamento de Dados Pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do contraente público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções do Contraente Público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.

5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita do Contraente Pública, o Cocontratante deve, no prazo de **15 (quinze) dias**, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato ao Contraente Público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato o Contraente Público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a Contraente Pública, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o Contraente Público possa razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Contraente Pública:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação;
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Contraente Pública por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Contraente Pública, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 15.^a **Conservação de Dados Pessoais**

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Contraente Pública.
2. Dependendo da opção da Contraente Pública, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 16.^a **Transferência de Dados Pessoais**

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o Cocontratante for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Contraente Pública antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 17.^a **Dever de Cooperação**

O Cocontratante deve cooperar com a Contraente Pública ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Contraente Pública;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

Secção II

Obrigações da Contraente Pública

Cláusula 18.^a

Preço Base e Preço Contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Contraente pública deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O Preço Contratual não pode ser superior a **190.000,00 EUR (cento e noventa mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Contraente Pública, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, instalação e colocação em serviço, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 19.^a

Remuneração dos serviços

Após o término do prazo do contrato, os serviços de manutenção, previstos na cláusula 12.^a deverão ser garantidos pelo Adjudicatário, nos termos da proposta que vier a ser apresentada.

Cláusula 20.^a

Faturação e Condições de Pagamento

1. As faturas emitidas pelo cocontratante devem incluir o número de Nota de Encomenda/ Pedido de Compra fornecido pela Contraente Pública e devem conter os elementos necessários a uma completa clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. As faturas eletrónicas a emitir pelo cocontratante devem ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
3. Caso o cocontratante não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a. Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab> ;
 - b. Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab> ;
 - c. Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5 .

4. Em caso de incumprimento dos termos da faturação resultante de facto não imputável à Contraente Pública não acrescem quaisquer juros de mora.
5. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelas Contraente Pública não será objeto de qualquer cobrança adicional.
7. A quantia devida pelo contraente público, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de trinta 30 (trinta) dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, nos termos do artigo 36.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA).
8. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega, instalação e colocação em serviço dos bens objeto do contrato.
9. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
10. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no
11. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.os 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.
12. No caso de suspensão da execução do contrato, e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

Secção III

Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Contrato

Cláusula 21.ª

Acompanhamento e Fiscalização do Modo de Execução do Contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Contraente Pública, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do

contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 22.^a

Modificação Objetiva do Contrato

Além dos fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato pode ainda ser modificado nas seguintes condições:

Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato.

Cláusula 23.^a

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual do Adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Contraente pública.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A Contraente pública deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Contraente Pública pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Contraente pública, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Contraente pública, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24.^a

Sanções Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Contraente pública pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a. Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens, até 5%;
 - b. Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento dos bens, até 5%.
 - c. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 20%;
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a Contraente pública decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, a Contraente pública pode exigir-lhe uma sanção contratual do valor das entregas em falta.
5. Ao valor da sanção contratual prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo do n.º I, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na respetiva entrega tenha determinado a respetiva resolução.
6. A Contraente pública pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 25.^a Força Maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a. Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b. Sejam alheias à sua vontade;
 - c. Não fossem por ela conhecidas, ou previsíveis, à data da celebração do contrato; e
 - d. Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de

- sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
 - 5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o Contraente Público a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o Adjudicatário direito a qualquer indemnização.

Cláusula 26.ª

Resolução do Contrato por parte da Contraente Pública

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Contraente Pública pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- 2. A Contraente Pública pode resolver o contrato designadamente por atraso, total ou parcial, na entrega dos bens e serviços por um prazo superior a 30 (trinta) dias, ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
- 3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Contraente Pública.
- 4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
- 5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 24.ª relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.

6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 27.ª

Resolução do Contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 28.ª

Execução da Caução

Tratando-se de uma aquisição de bens cujo preço contratual é inferior a 500.000,00 EUR (quinhentos mil euros), não é exigida a prestação de caução para a celebração do Contrato, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 29.ª

Seguros

- I. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos:
 - a) Danos perante a AdA, S.A., ou terceiros, que possam advir da execução do(s) contrato(s);
 - b) Acidentes de trabalho do pessoal, causados no exercício das atividades que constituem o objeto do(s) contrato(s), pela culpa ou pelo risco da sua responsabilidade;

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 30.ª

Deveres de Informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.
4. A Entidade Adjudicante informa o Cocontratante, no âmbito da Norma ISO EN 17025, que os critérios de seleção para fornecimento de Equipamentos e Serviços são:
 - Cumprimento das Especificações Técnicas conforme descrito no pedido de proposta e/ou Caderno de Encargos;
 - Disponibilidade para instalação do equipamento e formação dos colaboradores, quando aplicável;
 - Prazo de Entrega;
 - Preço;
 - Garantia e condições da Assistência Técnica;
 - Condições de transporte;
 - Envio da declaração de Confidencialidade assinada, quando solicitada.

Cláusula 31.ª

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Entidade adjudicante e o Adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos identificados no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 32.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 33.ª

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 34.ª

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Anexo I
Especificações Técnicas
(a que se refere o n.º I da Cláusula 1.ª e outras)

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

EQUIPAMENTO DE LABORATÓRIO
CROMATÓGRAFO GASOSO ACOPLADO A DETETOR DE ESPETROMETRIA
DE MASSA EM MODO SEQUENCIAL (GC-MS/MS),
PARA DETERMINAÇÃO DE COMPOSTOS ORGÂNICOS VOLÁTEIS (COVs) E
SEMI-VOLÁTEIS (COSVs)

I. Equipamento

Enquadramento

Pretende-se adquirir um sistema de **Cromatografia Gasosa com deteção por Espectrometria de Massa (GC-MS)**, de elevada sensibilidade, com tecnologia **Triplo Quadropolo**, para análises de vários tipos de águas. O sistema deve oferecer máxima sensibilidade e robustez, para uma operação em rotina, com a máxima produtividade e manutenção reduzida: ótica iónica isenta de lentes, desenvolvimento facilitado de métodos e dimensões relativamente reduzidas.

O sistema deve ser capaz de poder analisar COVs e COSVs, no mesmo instrumento, de forma simples e rápida. **Os COVs devem ser identificados e quantificados recorrendo à técnica de HeadSpace, garantindo os níveis de sensibilidade, LQ, incertezas e demais requisitos exigidos pela legislação em vigor, para águas naturais e águas para consumo humano.**

Os COSVs devem ser identificados e quantificados usando uma técnica preparativa simples e rápida, extração líquido-líquido otimizada, que deverá ter a capacidade de **preparar 40 amostras, em menos de 15min.**

Matriz	Parâmetros	LQ	Unidades
ACH	CHBr ₂ Cl - Dibromoclorometano	<1,0	µg/l
ACH	CHBr ₃ - Tribromometano/Bromoformio	<1,0	µg/l
ACH	CHCl ₂ Br - Diclorobromometano	<1,0	µg/l
ACH	CHCl ₃ - Triclorometanos/Cloroformio	<1,0	µg/l
ACH	Benzeno	<0,30	µg/l
ACH	1,2-Dicloroetano	<0,10	µg/l
ACH	Tricloroetano	<1,0	µg/l
ACH	Tricloroetano+Tetracloroetano	<1,0	µg/l
ACH	Cloreto de vinilo	<0,03	µg/l
ACH	Epicloridrina	<0,10	µg/l
ACH; AN Sup; Sub	Benzo(a)pireno	<0,002	µg/l
ACH; AN Sup; Sub	Benzo(b)fluoranteno	<0,002	µg/l
ACH; AN Sup; Sub	Benzo(ghi)perileno	<0,002	µg/l
ACH; AN Sup; Sub	Benzo(k)fluoranteno	<0,002	µg/l
ACH; AN Sup; Sub	Fluoranteno	<0,002	µg/l
ACH; AN Sup; Sub	Indeno(1,2,3-cd)pireno	<0,002	µg/l
AN Sup	Benzo(a)pireno	<0,00017	µg/l
ACH; AN Sup; Sub	Bisfenol A	<0,050	µg/l
ACH; AN Sup; Sub	Dibromoacético	<5	µg/l
ACH; AN Sup; Sub	Dicloroacético	<5	µg/l
ACH; AN Sup; Sub	Monobromoacético	<5	µg/l
ACH; AN Sup; Sub	Monocloroacético	<5	µg/l
ACH; AN Sup; Sub	Tricloroacético	<5	µg/l
	ACH- Água de Consumo Humano		
	AN Sup. - Água Natural Superficial		
	AN Sub. - Água Natural Subterrânea		

Tabela I – LQ que pretendemos validar no equipamento GC-MS/MS a adquirir

O Sistema de Cromatografia deverá ser constituído pelos seguintes componentes:

A. Cromatógrafo Gasoso (GC)

Equipamento CG com deteção por Espectrometria de Massa (GC-MS), de elevada sensibilidade, com tecnologia Triplo Quadropolo:

- Com possibilidade de controlo eletrónico de fluxo (EFC) de todos os gases;
- Com possibilidade de instalação simultânea de 2 injetores e capacidade de acoplamento a um espectrómetro de massa em modo sequencial (MS/MS), do tipo triplo quadrupólo;
- Com capacidade de configuração com injetores de alta pressão (até pelo menos 150 psi ou manter o fluxo constante de 0,1 a 100ml/min) e aplicações para cromatografia ultra-rápida;
- Biblioteca com métodos completos, colunas cromatográficas de separação e respetiva biblioteca para a análise em rotina de compostos orgânicos voláteis, e semi-voláteis, em amostras de água;

- Com possibilidade de atingir a Máxima temperatura de 450°C e possibilitar ainda o controlo de SPLIT RATIO de 1 a 10.000, tempo de purga ajustável, injeção em *mode de pulsed pression* e uso de GAS SAVER;
- Com possibilidade de ter 2 colunas ligadas simultaneamente;
- Possibilidade de operação com colunas cromatográficas de diâmetro interno variável entre a gama de 0,15 e 0,32 mm;
- Munido de forno com acesso frontal e capaz de operar, com colunas capilares convencionais, na gama de temperatura ambiente e até 450°C ou, através de sistema criogénico opcional, na gama de 100 a 450°C;
- Com capacidade de programar a temperatura do forno através de incrementos de 0,1°C e com capacidade para, pelo menos, 24 rampas e 25 patamares;
- Com velocidades de rampa de aquecimento até 170°C/min;
- Com velocidade de arrefecimento ultrarrápida para a transição de temperatura dos 400 para os 50°C em 4,5 minutos;
- Dotado de sistema pneumático com controlo eletrónico de fluxo e precisão, de pelo menos, 0,001 psi;
- Com RSD inferior a 0,008% e 1.0% relativos à precisão dos tempos de retenção e das áreas dos picos, respetivamente;
- Com função *Gas Saving* incorporada para minimização do consumo do gás de arraste;
- Com sistema automático de verificação, alerta no cromatógrafo e estabilidade das condições analíticas, inclusive para eventuais fugas de gases;
- Equipado com sistema de autodiagnóstico, verificação instrumental e localização automática de possíveis erros e/ou avarias.
- Munido de comunicação com o sistema de controlo de dados via Ethernet, protocolo TCP/IP, permitindo a transmissão digital de dados à velocidade, de pelo menos, 100 Mbps;
- Com possibilidade de atualização do software via Ethernet e LAN, independentemente do computador externo;

B. Detetor de Espectrometria de Massa em modo Sequencial

- Espectrómetro do tipo triplo quadrupólo, com fonte de ionização electrónica (EI) e sistema de bombeamento de vácuo e software de controlo/aquisição/tratamento de dados;
- O sistema deve ter aquecimento independente da fonte, dos quadrupolos e da interface cromatógrafo/detetor, selecionável pelo operador, através do software.
- Capacidade de operar na gama de massas entre 10 e 1200 Da;
- Capacidade de varrimento em modo scan, de pelo menos, 30.000 Da/seg e com um tempo mínimo por transição (dwell time) de 1mseg;
- Capacidade de monitorizar transições à velocidade de 1000 MRM/seg;

- Capacidade de ajustar a resolução desde 0,7 até 4 Da, em ambos os quadrupólos (Q1 e Q3);
- Com estabilidade de massas inferior a 0,1 Da durante 24h;
- Com possibilidade de ajustar a temperatura da linha de transferência até os 350°C;
- Com diversos modos de operação para o espectrómetro de massa; varrimento completo ou *full scan* em Q1 e Q3, monitorização seletiva de iões (SIM) em Q1 e Q3 e em modo MS/MS com monitorização de reação múltipla (MRM – *Multiple Reaction Monitoring*) para precursores, produtos e perda de neutros;
- Sensibilidade com fonte de ionização eletrónica (EI), de pelo menos:
 - modo *full scan* e 1 pg Octafluoronaftaleno (OFN), 50-300 m/z, ião 272: S/N>1500:1;
 - modo SIM: 25 fg OFN, ião 272: S/N>50:1;
 - modo MRM: 100 fg OFN, transição 272-222: S/N>50000:1;
 - sensibilidade EI MRM: desvio padrão na área do pico <3.7% (RSD), com um limite de deteção de 10fg na transição 272-222 m/z
- Com Fonte de ionização EI auto-alinhada com a coluna cromatográfica, totalmente inerte e de fácil acesso para manutenção;
- Com capacidade de ajustar a temperatura da fonte de ionização entre os 100°C a 350°C;
- Fonte ionização munida de Duplo filamento e com modo de seleção através de software;
- Fonte de ionização com corrente de emissão ajustável até 200 µA e energia de emissão, ajustável de 10 a 300 eV;
- Com geometria de Q0 curvado a 90°, com focalização ativa de iões através de Hélio e eliminação de matriz/neutros mediante RF
- Sistema isento de lentes de focalização, por forma a garantir melhor transmissão de iões, máxima sensibilidade e reduzida manutenção;
- Quadrupolos (Q1/Q3) de geometria redonda e constituídos por metal inerte;
- Com geometria elíptica e célula de colisão (Q2) curvada a 180° de percurso longo, para eliminação de espécies neutras no processo CID, permitindo uma elevada eficácia de dissociação de iões estáveis e uma ampla gama de energias no modo MS/MS;
- Com gás de colisão constituído por Árgon e energia de colisão programável até 75 eV;
- De geometria *off-axis* com ângulo de 90° relativamente ao Q3, para eliminação de ruído e deteção direta de iões positivos/negativos, sem recurso a dínodo adicional de conversão para aniões, evitando perda de iões para máxima sensibilidade;
- Com electromultiplicador de longa duração com voltagem de aceleração: +/- 5 KV;
- Com sistema de Gama Dinâmica Extendida (EDR, *Extended Dynamic Range*) para otimização automática do ganho do detetor e aumento da gama linear;
- Munido de Bomba turbomolecular 400 L/seg dupla, com vácuo independente na fonte e no analisador, com sistema de controlo do nível de vácuo;

- Capacidade de lidar com fluxos de gás de arraste provenientes da coluna cromatográfica até 25 mL/minuto;
- Munido de bomba rotativa para vácuo primário;

C. Amostrador automático

- Amostrador automático robotizado configurado para Headspace e adequado à análise ultra-rápida de compostos orgânicos semi-voláteis em água (sistema baseado na técnica de micro-extração líquido/líquido dispersiva do tipo Suite μ DROP ou equivalente), capaz de cumprir com as Diretivas europeias 2013/39/EU e UE/2020/2184, para as águas superficiais e de consumo, respetivamente;
- Kit completo para análise compostos orgânicos voláteis e semi-voláteis (> 500 análises de COV e > 500 análises de COSV);
- Com capacidade de injeção de amostras em modo *split* (com repartição de amostra) e *splitless* (sem repartição de amostra);
- Com possibilidade de controlo da velocidade de injeção de amostras líquidas;
- Com possibilidade de controlo do volume de injeção de amostras líquidas, entre pelo menos, os 0,1 e 10 μ L;
- Equipado com posições de lavagem de solvente e para os resíduos;
- Munido de suportes e bandejas para *vials* de 2,0 mL e de 20 mL;
- Ferramentas necessárias (seringa de 10 μ L e seringa de HeadSpace de 2500 μ L e acessórios necessários) à operação na modalidade de injeção em Headspace e fase líquida (1 conjunto de ferramentas para operação e 1 conjunto idêntico, de reserva);
- Kit inicial de consumíveis (*vials*, tampas e outros consumíveis) para o sistema de injeção automático de amostras nas modalidades de Headspace e em fase líquida, necessário para toda a implementação da metodologia.

D. Sistema informático completo (incluindo software)

- Computador de última geração com memória RAM, de pelo menos, 16 Gb e disco rígido de, pelo menos, 1 Tb;
- O *software* a usar com o equipamento deve suportar Sistema Operativo mínimo Windows 11 X64 ou superior e ser compatível com o sistema de operação do GC-MS/MS;
- Atualização de *software*, sem custos adicionais, durante 5 anos;
- Placa de rede para ligação à internet com 1 Gb/s de velocidade;
- Monitor TFT de 24 polegadas ou superior;
- Módulo de backup de dados;
- Todos os cálculos deverão ser realizados de acordo com as normas nacionais ou internacionais de referência (EPA, ISO, etc.).

- Sistema Multitarefa de controlo/aquisição/tratamento de dados;
- Sistema hierárquico de acesso, com possibilidade de chaves de acesso para as diferentes secções do software;
- Sistema com possibilidade de programação de lista de amostras, sequências de métodos e listas de processamento para operação automática e sem intervenção;
- Controlo manual do sistema para verificação de condições de operação;
- Tuning manual e automática (Autotune);
- Análise qualitativa e identificação;
- Análise e comparação detalhada de cromatogramas e espectros;
- Correção automática e manual de ruído de base;
- Pesquisa e comparação em bibliotecas de espectros com os critérios de semelhança: Purity, Fit e Reverse Fit;
- Edição de bibliotecas pelo utilizador;
- Razões iónicas: critérios seleccionáveis pelo utilizador segundo os requisitos normativos;
- Análise quantitativa com Calibração multinível, com até 10 níveis de concentração;
- Cálculo de coeficientes de correlação e desvio padrão para cada curva de calibração;
- Ajuste manual e automático de parâmetros de integração;
- Integração manual e automática da área de picos: iões de quantificação e iões qualificadores;
- Possibilidade de utilização de vários padrões internos durante uma análise;
- Relatório de resultados que possibilitem Grande variedade de formatos para a apresentação de resultados;
- Edição de relatórios personalizados pelo utilizador
- Formatos específicos para relatórios de análises ambientais
- Exportação de dados para outros programas (Excel, LIMS, etc...)
- Reporte completo das condições analíticas

2. Itens Adicionais

Para além do equipamento descrito no ponto anterior, deverão ser parte integrante da Proposta os seguintes itens:

- a) **Equipamento: Centrífuga** (para método de preparação de COSVs)
- 1 Centrífuga para 12 tubos de vidro borossilicato de 50 ml; Velocidade máxima: até 4000rpm
 - Kit de Tubos de Centrifugação (mínimo 40 unidades) com as seguintes características:

Material: Vidro borossilicato transparente, parede resistente; Capacidade: 50 ml; Estilo do tubo: Centrífuga; Forma do tubo: Cilíndrico; Estilo do fundo: Cónico, em forma de tetina; Estilo do topo: Rosca, Tampa de rosca ISO GL-25; Caraterística: Reutilizável

b) Contrato de garantia e manutenção do equipamento e acessórios

- Contrato para 5 anos de garantia total (contrato completo, incluindo todos os riscos)
- Contrato de Manutenção, incluindo manutenções preventivas, e corretivas, pelo prazo de 5 anos (contratos completos que abranjam todos os riscos, incluindo substituições integrais em caso de avarias)
- 1 visita anual, no mínimo, para manutenção preventiva do equipamento. Manutenção preventiva completa, durante a fase de garantia, sem custos adicionais, e englobando deslocações e as principais peças a substituir durante as manutenções preventivas.
- Manutenção Preventiva – todas as visitas necessárias para reparação de avarias e substituição de peças; compromisso de resposta em 48 horas para resolução de avarias urgentes. O incumprimento deste prazo implicará a aplicação de penalizações de acordo com a Cláusula 24.^a.
- Havendo necessidade de troca de qualquer uma das partes do sistema, durante o prazo de garantia, o adjudicatário garantirá a sua substituição no prazo máximo de 15 (quinze) dias. O incumprimento deste prazo implicará a aplicação de penalizações de acordo com a Cláusula 24.^a.

c) Formação e implementação de métodos

- Formação inicial de utilização do equipamento, incluindo amostrador, software, implementação de métodos e colaboração na validação dos mesmos;
- O processo de formação deverá ter início, no máximo, até 15 (quinze) dias após a instalação do equipamento, nas instalações do contraente público, ou em data a acordar com o mesmo;
- A formação deverá ser concluída no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de início da mesma.
- Formação adicional, de consolidação de conhecimentos, após alguns meses de utilização do equipamento, em data a acordar entre as partes.

d) Condições de Instalação

- A Proposta deverá especificar todos os pré-requisitos para a correta instalação do equipamento, tais como dimensões da bancada, dimensões e peso do equipamento, necessidade de bancada anti-vibratória, tensões de alimentação, tomadas de alimentação elétrica, sistema de extração (AVAC); sistema de drenagem (necessidade de ligação à rede de águas residuais), alimentação de água de rede (para eventual refrigeração); instalação de gases especiais e especificação dos gases em termos de

pureza, temperatura e condições ambientais (gama de temperaturas da sala) para o correto funcionamento dos equipamentos.

e) Referências

- Referências de equipamentos já instalados e a funcionar em Portugal.

Anexo II
Código de Conduta para Fornecedores

(a que se refere o n.º 2 da cláusula 4.ª)



CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES

A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. participa ativamente no desenvolvimento de políticas sustentáveis e pretende atuar junto dos seus fornecedores e subcontratados, integrando-os nas suas preocupações sociais, ambientais e segurança dos trabalhadores, numa perspetiva de garantir o desenvolvimento sustentável da sua atividade.

Ao afirmar-se como uma organização socialmente responsável, fiel aos seus Princípios e Valores, a ÁGUAS DO ALGARVE pretende garantir aos seus clientes internos e externos que os bens e serviços que lhes proporcionam são realizados em condições que respeitam os direitos da pessoa humana e do meio ambiente.

Este Código visa estender os compromissos de conduta em matéria social, laboral e ambiental, refletidos na Política do Sistema de Responsabilidade Empresarial (constante no Anexo I) e na Missão, Visão, Valores e Princípios de Atuação da Águas do Algarve, S.A. (constantes no Anexo II), aos seus fornecedores e subfornecedores.

O fornecedor confirma a receção e leitura do presente **Código de Conduta para Fornecedores**, assumindo o compromisso de o cumprir e fazer cumprir, através da assinatura da **Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores (DCL I)**, remetendo esse impresso à ÁGUAS DO ALGARVE, S.A..

Condições de Trabalho e Sociais

No desenvolvimento das suas atividades o **fornecedor e o subfornecedor devem respeitar**, em qualquer circunstância, os seguintes requisitos:

- Assegurar que as remunerações base dos seus colaboradores satisfazem as necessidades básicas e proporcionam algum valor extra;
- Garantir que as horas extras são devidamente remuneradas e que são realizadas de forma voluntária, excetuando-se situações extraordinárias, não previstas;
- Tratar os seus colaboradores com dignidade e respeito;
- Cumprir com a legislação em vigor referente ao horário de trabalho;
- Assegurar um ambiente de trabalho saudável e seguro;
- Fornecer, para uso de todos os colaboradores, instalações sanitárias limpas e acesso a água potável e, se aplicável, vestiários condignos e instalações higiénicas para armazenamento de alimentos;
- Caso seja facultado alojamento pela empresa, devem ser asseguradas instalações de dormitório limpas, seguras e que atendam às necessidades básicas dos colaboradores;

e **não deverão**, em qualquer circunstância:

- Envolver-se ou apoiar a utilização de trabalho infantil;

- Envolver-se ou apoiar a utilização de trabalho forçado ou compulsório através da retenção de documentos pessoais originais, incluindo castigos corporais, coerção física ou mental, insultos verbais ou gestuais, assédio sexual e ameaças;
- Envolver-se, direta ou indiretamente, no tráfico de seres humanos;
- Praticar ou ser conivente com qualquer tipo de discriminação com base na raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, género, orientação sexual, idade, associação a sindicato, afiliação política ou qualquer outra forma de discriminação;
- Interferir no exercício dos direitos dos colaboradores relativamente à liberdade sindical e ao seu direito à negociação coletiva.

Gestão Ambiental

Sendo compromisso da ÁGUAS DO ALGARVE a melhoria do meio ambiente onde está inserida e do qual depende, a mesma identificou os principais aspetos ambientais decorrentes da sua atividade, de forma a implementar medidas que promovam a prevenção e minimização dos impactes associados. Assim, pretende-se que o fornecedor também se comprometa a promover uma cultura de respeito para com o meio ambiente, estabelecendo e implementando práticas de gestão dos seus aspetos ambientais, numa perspetiva de melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

No desenvolvimento das suas atividades o fornecedor e o subfornecedor deverão assumir o cumprimento dos seguintes princípios:

- Reduzir os resíduos e as emissões para o ar, solo e água;
- Manusear os produtos químicos de forma ambientalmente adequada;
- Gerir os resíduos de forma ambientalmente correta;
- Optar por equipamentos, sistemas e práticas que potenciem a eficiência energética;
- Promover a reutilização e reciclagem de materiais e produtos;
- Adotar boas práticas que minimizem a emissão de ruído;
- “Não Prejudicar Significativamente”, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, rumo a uma neutralidade climática da economia e da sociedade até 2050 – em linha com o Pacto Ecológico Europeu e com o espírito da iniciativa legislativa para a Lei Europeia do Clima.

e não deverão, em qualquer circunstância:

- Poluir deliberadamente o ar, solo e água;
- Eliminar resíduos de forma ilegal (queimar, enterrar, abandonar,...);
- Desperdiçar recursos naturais (água, energia, floresta,...).

Acesso para Verificação

Considerando o propósito subjacente ao presente documento, que privilegia o estabelecimento de parcerias sustentáveis e duradouras entre as partes, o fornecedor deve permitir a visita de representantes da ÁGUAS DO ALGARVE às suas instalações, no sentido de validar que as práticas desenvolvidas respeitam os requisitos deste Código de Conduta.

Verificada alguma não conformidade, o fornecedor fica obrigado a comunicar um plano de ações corretivas, reservando-se a ÁGUAS DO ALGARVE no direito de suspender a relação contratual, caso este não seja eficazmente implementado.

Anexo I

Política do Sistema de Responsabilidade Empresarial

A Águas do Algarve, consciente das suas responsabilidades na conceção, construção, exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve, está empenhada em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, com elevado nível de segurança alimentar, bem como o tratamento de águas residuais, aos clientes da sua área de concessão, contribuindo para a prossecução das políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do ambiente.

Num quadro de respeito integral das suas obrigações de conformidade e das normas aplicáveis, de um modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde dos(as) trabalhadores(as), a Águas do Algarve assume os seguintes compromissos:

Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, trabalhadores(as), restantes partes interessadas e comunidade, de acordo com o contexto do negócio, os requisitos das partes interessadas e os riscos e oportunidades identificados;

Promover a melhoria do desempenho ambiental, proteger o ambiente de forma a prevenir ou mitigar os impactes ambientais, potenciando a prevenção da poluição, a minimização das emissões para o meio ambiente e a utilização eficiente dos recursos, privilegiando a aquisição de bens e serviços que potenciem o uso e consumo racionais da energia de modo a maximizar a eficiência energética;

Promover a melhoria do desempenho em Saúde e Segurança e assegurar a eliminar perigos e reduzir os riscos para a saúde e a segurança dos(as) trabalhadores (as) da Águas do Algarve e dos que trabalham em seu nome, proporcionando condições de trabalho seguras e saudáveis para a prevenção de lesões e afeções da saúde relacionadas com o trabalho;

Promover a melhoria do desempenho energético, apoiando as atividades de conceção, a aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes e assegurando a disponibilidade de informação e os recursos necessários para alcançar os objetivos e as metas para a energia;

Avaliar e controlar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas eficazes de prevenção, controlo e monitorização;

Motivar os trabalhadores(as), fomentando o seu envolvimento, responsabilidade individual/ e criatividade, através da adequação e atualização de competências, consciencialização, sensibilização e formação, salvaguardando o princípio de igualdade de género e o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, garantindo a conformidade e melhoria das condições laborais e sociais e através da consulta e participação dos trabalhadores, e quando existam, dos representantes dos trabalhadores.

A Águas do Algarve compromete-se ainda a implementar e promover a melhoria contínua do Sistema de Responsabilidade Empresarial, disponibilizando a informação, os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para garantir a eficácia e eficiência dos seus processos, a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere e para a criação de valor.

Faro, 30 de março de 2023

A Comissão Executiva

Anexo II

Missão, Visão, Valores e Princípios de Atuação da Águas do Algarve, S.A.

Missão

A Águas do Algarve, tem como Missão, garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de:

- Respeitar as normas mais exigentes do sector, apostando sempre numa perspectiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;
- Adequar com os recursos técnicos e humanos, apenas estritamente necessários, ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos;
- Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

Visão

Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que pratica.

Valores

Os Valores Éticos da Águas do Algarve, S.A são:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

Princípios de Atuação

Águas do Algarve rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos(as) trabalhadores(as)

CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES

- Respeito pela igualdade de género
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.